**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA EMPRESA
HEANLU INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA.**

Aos 08 (OITO) dias do mês de FEVEREIRO de 2021, as 10:00 horas, pela plataforma virtual *ClickMeeting*, TADDEI E VENTURA SOCIEDADE DE ADVOGADOS, Administradora Judicial nomeada nos autos do processo de Recuperação Judicial da empresa supracitada, tramitando perante a 01ª Vara Cível do Foro de José Bonifácio/SP, sob o nº 1001359-25.2020.8.26.0306, deu início em CONTINUAÇÃO aos trabalhos da Assembleia Geral de Credores (AGC), instalada em 09/12/2020 e por deliberação da maioria, suspensa para esta data.

Os procedimentos para a realização da assembleia observaram os termos do edital de convocação disponibilizado na Imprensa Oficial, as fls. 258/259 do DJE datado de 11/11/2020, cujo teor também se encontra as fls. 3168/3169 dos autos da Recuperação Judicial, bem como em Jornal de Grande Circulação "O Estado de São Paulo" em 12/11/2020 e também no site do Administrador Judicial (www.taddeiventura.com.br).

A lista dos credores participantes do ato segue em anexo e passa a fazer parte integrante desta ata.

Para secretariar os trabalhos da assembleia, o Administrador judicial indicou a DRA. CLAUDIA SANDRINI, advogada, inscrita na OAB/SP sob nº 296.054.

Ato contínuo, tendo em vista tratar-se de continuação e, portanto, independer de quórum para instalação, o Administrador Judicial declarou aberto os trabalhos, passando em seguida as orientações acerca dos procedimentos assembleares, quais sejam: **(i)** devido se tratar de ato por meio virtual, em caso de queda de conexão ou instabilidades de sistema, que permaneçam aguardando, pois todos serão conectados novamente **(ii)** toda a assembleia está sendo gravada e transmitida via Youtube; **(iii)** primeiramente a palavra será dada ao advogado da Recuperanda para explanação acerca do Plano de Recuperação Judicial (PRJ); **(iv)** após explanação a palavra será aberta aos credores, os quais manifestarão a sua intenção de uso da palavra por meio do chat e, por ordem lhe será dada a oportunidade de manifestação por meio do vídeo; **(v)** eventuais ressalvas deverão ser encaminhadas até o final da Assembleia para o endereço eletrônico (e-mail): taddeiventuraagc@outlook.com **(vi)** sanadas todas as dúvidas será aberta a votação, a qual será por meio de vídeo, onde o credor será chamado a manifestar verbalmente seu voto.

Ato contínuo, o Administrador Judicial passou a palavra ao advogado da Recuperanda, DR. JORGE HENRIQUE MATTAR, para explanação acerca do Plano de Recuperação Judicial (PRJ).

Fazendo uso da palavra, o Advogado da Recuperanda esclareceu aos credores que, com intuito de adequar o Plano de Recuperação Judicial de modo a atender a todos os envolvidos, a Recuperanda vem envidando todos seus esforços nas tratativas junto aos credores, todavia, em que pese adiantadas, ainda não houve tempo hábil para a concretização das negociações. Razão pela qual a Recuperanda necessita de um prazo adicional, ou seja, necessita da suspensão desta assembleia pelo prazo aproximado de 3 semanas, sugerindo o dia 04/03/2021 para sua continuação. Ressaltou ainda que, caso seja elaborado um Aditivo ao PRJ, este será disponibilizado aos credores com 10 dias de antecedência a continuação dessa AGC, ou seja, 23 de fevereiro de 2021. Por fim se colocou a disposição para qualquer esclarecimento.

Após as considerações da Recuperanda, o Administrador Judicial, franqueou a palavra aos Credores para que pudessem sanar quaisquer dúvidas ainda existentes.

O credor BANCO SAFRA S/A, por seu advogado DR. MARCUS VINICIUS MOURA DE OLIVEIRA, solicitou que constasse em ata que a Recuperanda envidasse todos seus esforços para que na continuação da assembleia seja efetivamente votado o aditivo ao plano. Ressaltou também atenção por parte da Recuperanda com a decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo no sentido de liberação de recursos.

Pelo Dr. Jorge, foi informado que a recuperanda tem muito interesse em realizar a votação do plano, porém como a negociação depende não só da Recuperanda, desta forma, não é possível assumir o compromisso de não haver mais pedidos de suspensão. Todavia a recuperanda vem envidando todos seus esforços para agilizar a concretização das negociações e a consequente votação do aditivo ao plano. Informou que com relação a decisão mencionada pelo DR. MARCUS, considera que se trata de decisão de suspensão e não de determinação de liberação efetiva de valores, entendendo por fim que tal assunto deverá ser tratado por seus próprios meios, e não neste ato assemblear. Se colocando a disposição para quaisquer outros esclarecimentos.

Não havendo mais nenhuma manifestação, o Administrador Judicial, submeteu a sugestão de suspensão desta assembleia para 04 de março de 2021, a votação entre os presentes, obtendo o seguinte resultado:

- Do total da base de votação presente de 23 credores que perfazem o montante de R\$ 22.144.241,35, votaram favoravelmente a suspensão 21 credores, que perfazem o montante de R\$ 21.095.303,10, o que equivale a **95,26% dos créditos.**

Após apuração o Administrador Judicial informou aos presentes que a sugestão de suspensão da assembleia foi aprovada para o retorno em 04 de março de 2021 RESSALTANDO que o credenciamento se dará a partir das 09:00 horas e início da assembleia as 10:00 horas.

Foi informado aos credores que será enviado **NOVO LINK DE ACESSO** pela assessoria da assembleia, ressaltando que conforme disposto em lei, poderão participar somente aqueles presentes na instalação.

Finalizando os trabalhos, procedi a leitura da ata, a qual foi aprovada por unanimidade entre os presentes.

Pelo Administrador Judicial foram convidados os credores abaixo para aprovarem por meio de vídeo suas assinaturas virtuais.

Dr. Marcelo Gazzi Taddei
Taddei E Ventura Sociedade De Advogados

Dr. José Vanderlei Masson dos Santos (de acordo – vídeo) ok
Perito Contador

Dra. Claudia Sandrini (de acordo – vídeo) ok
Secretária

Dr. Jorge Henrique Mattar (de acordo – vídeo) ok
Advogado da Recuperanda

Dr. Daniel De Souza (de acordo – vídeo) ok
CLASSE II – Cooperativa de Crédito Credicitrus

Dra. Cláudia Florindo (de acordo – vídeo) ok
CLASSE II – Banco do Brasil S.A

Dr. Fabio Moraes de Almeida (de acordo – vídeo) ok
CLASSE III – Banco Santander Brasil S.A.

Dr. Rodrigo Pereira Cuano (de acordo – vídeo) ok
CLASSE III – Banco Pine S.A

Dr. Daniel Lima Passos (de acordo – vídeo) ok
CLASSE IV – Maria Cecília Rossi Cardoso ME e outros

Lista de Presença	Classificação do Crédito	Valor listado	Procurador	Habilitação	Presença	Voto
Banco do Brasil S.A	CLASSE II	R\$ 2.843.521,09	Cláudia Florindo	S	S	S
Cooperativa de Crédito Credicitrus	CLASSE II	R\$ 2.680.822,00	Daniel de Souza	S	S	S
3V Armazinhos Rio Preto Ltda..	CLASSE III	R\$ 1.904,21	Daniel Lima Passos	S	S	S
Adapcon ProcessaMEnto de Dados Ltda.	CLASSE III	R\$ 590,00	Daniel Lima Passos	S	S	S
ADM. Anderson Representações de Confeções Ltda.	CLASSE III	R\$ 52.272,00	Daniel Lima Passos	S	S	S
Banco Do Brasil S.A	CLASSE III	R\$ 6.042.526,22	Cláudia Florindo	S	S	S
Banco Itau Unibanco S.A	CLASSE III	R\$ 520.894,01	Cassiano Pedro Alves de Paula Arthur Gonçalves Cury	S	S	N
Banco Pine S.A	CLASSE III	R\$ 2.084.125,14	Rodrigo Pereira Cuano Eric Fernandes Stoiani	S	S	S
Banco Safra S.A	CLASSE III	R\$ 2.707.033,81	Marcus Vinicius Moura de Oliveira	S	S	S
Banco Santander Brasil S.A.	CLASSE III	R\$ 528.044,24	Fabio Moraes de Almeida	S	S	N
Beerre Marcas Patentes	CLASSE III	R\$ 2.600,00	Daniel Lima Passos	S	S	S
Caixa Economica Federal	CLASSE III	R\$ 75.289,58	Renato Fábio Bitencout GUILHERME SOARES DE OLIVEIRA	S	S	S
Cavemac Ind. Com. De Maq Imp. Exp. Ltda.	CLASSE III	R\$ 633,18	Daniel Lima Passos	S	S	S
Cooperativa de Crédito Credicitrus	CLASSE III	R\$ 4.181.050,58	Daniel de Souza	S	S	S
Excim Importação e Exportação S.A	CLASSE III	R\$ 371.616,70	Daniel Lima Passos	S	S	S
Nova Comércio e Representações Ltda.	CLASSE III	R\$ 34.320,00	Daniel Lima Passos	S	S	S
NYL Flexnyl Ziperes Ltda. Flexnyl	CLASSE III	R\$ 2.196,32	Daniel Lima Passos	S	S	S
Oeste Aviamentos Ltda.	CLASSE III	R\$ 832,71	Daniel Lima Passos	S	S	S
Remix Comércio e Aviamentos Eirelli.	CLASSE III	R\$ 1.246,00	Rafael de Freitas Guimarães Arcoverde Credie	S	S	S
Travagin & Travagin Ltda.	CLASSE III	R\$ 397,29	Daniel Lima Passos	S	S	S
José Alfredo Bispo ME	CLASSE IV	R\$ 560,00	Daniel Lima Passos	S	S	S
Maria Cecília Rossi Cardoso ME	CLASSE IV	R\$ 147,50	Daniel Lima Passos	S	S	S
Sling Impressões Especiais Eireli ME*	CLASSE IV	R\$ 11.618,77	Daniel Lima Passos	S	S	S
Total	CLASSE	R\$ 22.144.241,35		S	S	S

Heanlu Indústria de Confeções Ltda.

Apuração - Assembleia Geral de Credores - Continuação 08/02/2021 - 10HS

Quadro Resumo - Quórum	nº de Credores	Crédito Total por Classe (2º Lista)	Habilitações		Quórum		(-) Abstenções		Base para Votação		Desaprovação		Aprovação	
			Credor	Valor	Credor	Valor	Credor	Valor	Credor	Valor	Credor	Valor	Credor	Valor
Credores Classe II (Garantia Real)	2	5.524.343,09	2	5.524.343,09	2	5.524.343,09	-	-	2	5.524.343,09	-	-	2	5.524.343,09
	100,0%	100,00%	100,00%	100,00%	100,0%	100,00%			100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Credores Classe III (Quirografários)	81	19.537.033,66	18	16.607.571,99	18	16.607.571,99	-	-	18	16.607.571,99	2	1.048.938,25	16	15.558.633,74
	100,0%	100,00%	22,22%	85,01%	22,2%	85,01%			100,00%	100,00%	11,11%	6,32%	88,89%	93,68%
Credores Classe IV (Microempresas e Empresas de Pequeno Porte)	9	21.858,26	3	12.326,27	3	12.326,27	-	-	3	12.326,27	-	-	3	12.326,27
	100,0%	100,00%	33,33%	56,39%	33,3%	56,39%			100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Total Geral de Credores	92	25.083.235,01	23	22.144.241,35	23	22.144.241,35	-	-	23	22.144.241,35	2	1.048.938,25	21	21.095.303,10
	100,0%	100,0%	25,00%	88,28%	25,0%	88,28%			100,00%	100,00%	8,70%	4,74%	91,30%	95,26%

RESSALVAS - PROCESSO 100135925.2020.8.26.0306 - HEANLU

Denise de Oliveira <denise_oliveira@caixa.gov.br>

Seg, 08/02/2021 10:14

Para: Taddei e Ventura Advogados <taddeiventuraagc@outlook.com>

E-mail classificado como #PUBLICO

ILMO(A) SR(A) ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL

RECUPERAÇÃO JUDICIAL - autos 100135925.2020.8.26.0306

Requerentes: HEANLU INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, inscrita no CNPJ sob nº 00.360.305/0001-04, Instituição Financeira constituída sob a forma de Empresa Pública, criada pelo Decreto-lei no 759, de 12.08.69, regendo-se atualmente pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº. 7.973, de 28 de março de 2013, publicado no D.O.U. de 01.04.2013, com endereço no Setor Bancário Sul, Quadra 01, Lote 28, Bloco L, em Brasília-DF, e Representação Jurídica nesta cidade de Ribeirão Preto, na Avenida Braz Olaia Acosta, nº 1975, 3º. andar, Jardim Nova Aliança, Ribeirão Preto/SP CEP 14026-610, fone (16) 3602-9800, email jurirbu@caixa.gov.br, onde recebe citações e intimações, por seu advogado subscritor, vem respeitosamente à presença de V. Exa., tendo em vista a realização de assembleia de credores nesta data, apresentar as suas RESSALVAS ao plano de recuperação judicial em votação, requerendo sejam anexadas à ata e consideradas realizadas e ratificadas no conclave, ante a ilegalidade das cláusulas impugnadas, e sem prejuízo de outras medidas processuais porventura necessárias:

CLÁUSULA 5.1.6 NOVAÇÃO:

Dispõe o plano de recuperação judicial, de forma genérica, que a partir da homologação judicial do PRJ as ações e execuções em curso contra a Recuperanda serão **extintas** e os respectivos créditos deverão ser pagos nos termos do PRJ.

Contudo, o dispositivo contraria o quanto disposto no artigo 6º da Lei 11.101/2005. De acordo com o referido art. 6º *“A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário.”*

A cláusula apresenta manifesta ilegalidade, pois a novação não pode ter o efeito pretendido em relação a créditos extraconcursais, por exemplo, os garantidos por imóvel alienado fiduciariamente, nem em face dos coobrigados.

CLÁUSULA 6 - REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA e CLÁUSULA 6.1 - OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS:

Pretende a Recuperanda, através das referidas cláusulas, permissão para **a seu exclusivo critério** realizar operações societárias, desde que não prejudiquem o pagamento da dívida reestruturada e o cumprimento das obrigações assumidas no PRJ.

A cláusula, além de se apoiar em condição subjetiva de não prejudicar o pagamento das obrigações assumidas no PRJ, abre possibilidade para que haja descumprimento do artigo 64 da Lei 11.101/2005, que prevê a permanência do devedor e seus administradores na condução da atividade empresarial durante o procedimento da RJ.

Veja-se que a cláusula 4.1.4 define Reorganização Societária incluindo expressamente a possibilidade de realizar *“sem limitações, fusões, aquisições, incorporações, cisões e transformações”*.

CLAUSULA 7.5 “CONFLITOS COM DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS”:

Prevê que em caso de conflitos entre as disposições do plano e as contratuais, aquela prevalecerá, tanto nos créditos concursais quanto nos extraconcursais, sem excepcionar a possibilidade de manutenção das cláusulas contratuais originais em relação aos coobrigados.

Contudo, considerando que no que se refere aos créditos extraconcursais, não há que se falar em novação de dívidas, também não deverá prevalecer o disposto no plano em caso de conflito, mas sim o previsto nos contratos originários das dívidas.

CLAUSULA 7.6 “PROCESSOS JUDICIAIS”:

Prevê que os credores não poderão, após a homologação do Plano: “V - buscar a satisfação da dívida reestruturada por quaisquer outros meios, respeitadas, no entanto eventuais ressalvas neste PRJ”

Em se tratando de devedores coobrigados o artigo. 49,§ 1º dispõe que os credores conservaram seus direitos. Da mesma forma o § 3º, prevê que credor titular de posição de proprietário fiduciário não terá seus créditos submetidos aos efeitos da RJ. Assim, nestes casos não há óbice de ajuizamento de execução, penhora de bens não considerados essenciais e execução de garantias.

CLÁUSULA 7.7. “SUSPENSÃO DE MEDIDAS JUDICIAIS”:

Novamente o PRJ tenta burlar a LRE ao prever que após a homologação do PRJ as ações contra “garantidores, avalistas ou fiadores, ficarão suspensas e os respectivos credores deverão buscar a satisfação de seus créditos conforme os exclusivos termos e condições previstos neste PRJ”. A cláusula afronta o art.49, §1º da LRE e a jurisprudência quanto ao tema (REsp 1.333.349/SP, que resultou na Súmula 581 do STJ e a Súmula 61 do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

CLAUSULA 7.9. “MODIFICAÇÃO DO PRJ NA AGC”:

Descreve a possibilidade de apresentação de aditamentos, emendas ou alterações ao PRJ à qualquer momento após sua homologação. Todavia, não há na LRE previsão de aditivos ao PRJ. Pela lei o não cumprimento do plano homologado leva à convalidação em falência, conforme o § 1º do art. 61 cumulado com art. 73, IV, LRE.

Por fim, a “CLAUSULA 7.10. PERÍODO DE CURA” dispõe:

7.10. Período de Cura. Este PRJ não será considerado descumprido a menos que o Credor tenha notificado por escrito a Recuperanda, nos termos deste PRJ, especificando o descumprimento e requerendo a purgação da mora ou cura do inadimplemento no prazo de 30 (trinta) dias após a referida notificação. Neste caso, este PRJ não será considerado descumprido se:

(a) as moras ou inadimplementos indicados na notificação forem purgadas ou sanados no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de recebimento da referida notificação; ou

(b) a Recuperanda requerer a convocação de uma AGC no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de recebimento da notificação, e uma emenda, adiantamento, alteração ou modificação deste PRJ, que saneie ou supra tal descumprimento, seja aprovada na forma estabelecida neste PRJ.

A cláusula viola o disposto no art.61, §1º c.c. art. 73, IV da LRJ. Destaca-se ainda, que o art. 73, IV da LRF que prevê a convalidação da RJ em falência em caso de descumprimento de qualquer obrigação prevista no PRJ.

CONCLUSÃO:

- A CAIXA reserva-se na prerrogativa e no direito de cobrar a dívida dos sócios/avalistas/coobrigados. Qualquer forma expressa ou implícita de liberação dessas garantias pessoais, óbice ou suspensão às execuções contra garantidores é ilegal e contraria a pacífica jurisprudência.
- A CAIXA manifesta sua discordância quanto ao impedimento de cobrar judicialmente crédito, executar qualquer sentença, decisão judicial ou sentença arbitral, penhorar bens, executar qualquer garantia real e ou fiduciária contra a recuperanda, seus controladores, suas controladas, coligadas, afiliadas, seus sócios, administradores, fiadores, avalistas e garantidores.
- A CAIXA discorda da extinção das execuções judiciais e da liberação de penhoras e constrições legalmente constituídas existentes.
- O termo inicial proposto para o biênio legal de fiscalização do cumprimento do plano, que deve ocorrer com o início dos efetivos pagamentos, após o prazo de carência, e não da sua eventual homologação.

- A CAIXA discorda e impugna a diferença de tratamento absolutamente desproporcional e excludente atribuído pelo aditivo aos credores parceiros e demais credores, inclusive dentro da mesma classe.

- A CAIXA expressa sua não aderência ao PRJ relativamente aos créditos extraconcursais.

Pede deferimento.

Ribeirão Preto, 08 de fevereiro de 2021.

DENISE DE OLIVEIRA

OAB/SP 148.205

Denise de Oliveira
Advogada
JURIRBU